

O PROTAGONISMO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL EM UM ASSENTAMENTO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA

Yúri de Alcântara Pinto Rebello

Universidade Federal do Pará

José Júlio Lima

yurirebello@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho trata da produção do Programa Minha, Minha Vida Rural (PMCMVR) no distrito administrativo de Mosqueiro, Pará, estuda os empreendimentos "Terra e Liberdade I e II", dispostos no Assentamento Mártires de Abril (AMA). Nos últimos vinte anos, o distrito apresentou uma reconfiguração de seu espaço urbano, destacando, principalmente, o crescimento de assentamentos precários. Estuda-se a atuação do Movimento Sem Terra (MST), organizador do assentamento beneficiado pelo PMCMVR, analisam-se modificações da agenda do movimento causadas pela relação entre a política de habitação e a atuação do Estado como agente regularizador fundiário e promotor de assistência técnica através de um projeto de Agricultura Familiar desenvolvido no AMA. Incursões etnográficas em campo revelam o papel das lideranças comunitárias na expansão do PMCMVR em face de práticas urbanas caracterizadas pela implantação de unidades habitacionais esparsas demonstrando o papel do Programa em um contexto de conversão de terra rural em urbana.

Palavras chave: Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Assentamento habitacional, Pará.

ABSTRACT

This paper assesses the production of the program Minha Casa Minha Vida Rural (My House My Life Rural, PMCMVR) in the administrative district of Mosqueiro, Pará, studying the projects "Land and Freedom I and II", arranged in the Settlement Martyrs April (AMA). In the last twenty years, the district presented a reconfiguration of its urban space, highlighting mainly the growth of slums. It analyses the role of the Landless Movement (MST), organizer of the settlement benefited by PMCMVR, analyzes the agenda of movement and changes caused by the relationship between housing policy and the state's role as a land-regulating agent and technical assistance promoter técnica through a Family Farming project developed in the AMA. Ethnographic incursions in the field unveil the role of the community leaders in expanding PMCMVR in the face of urban practices characterized by the implementation of sparse housing units demonstrating the role of the program in a rural land conversion in urban context.

Key Words: Rural My House My Life Program, Residential Settlement, Pará

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho dispõe sobre a recente produção habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (PMCMV-R) no distrito administrativo de Mosqueiro, estado do Pará, e a relação entre o poder público, na esfera federal e municipal, com o Movimento Sem Terra (MST). Desde 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) configura-se como o principal programa público de produção de moradia de interesse social no Brasil e, desde 2013, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), vinculado ao PMCMV Rural, incorporou as famílias beneficiadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em suas linhas de crédito. O público alvo do PMCMV Rural são famílias com renda bruta anual de até R\$ 15.000,00, podendo receber financiamento de até R\$ 28.500,00 para construção e/ou reforma de moradias. Este trabalho se insere na discussão sobre a produção do empreendimento de habitação de interesse social “Terra e Liberdade I e II”, disposto no assentamento Mártires de Abril, localizado no distrito administrativo de Mosqueiro, Pará.

A ilha de Mosqueiro, embora faça parte do arquipélago de 33 ilhas que compõem o município de Belém, está distante do centro de Belém, localizado na sua porção continental, apenas 70 km. Ao norte, a ilha é cercada pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, ao sul pela Baía do Sol, a oeste pela Baía de Santo Antônio e a leste pelo Furo das Marinhas, o qual separa o distrito do continente. A inserção da ilha no contexto urbano de Belém se inicia com a abertura da rodovia Meira Filho (1970) e da ponte Sebastião de Oliveira (1976). A partir da integração terrestre entre a ilha e o continente, o crescimento do distrito foi intensificado. Se comparado a Belém, o crescimento de Mosqueiro pode ser considerado espontâneo, pois não houve a participação de grandes construtoras e programas de habitação social por parte do governo, diferente do que se encontra em municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Nos últimos vinte anos, o distrito de Mosqueiro apresenta uma reconfiguração de seu espaço urbano, destacando-se, principalmente, o crescimento de assentamentos precários, em grande medida devido a falta de uma ação de planejamento estatal eficaz na condução de políticas públicas que possam acompanhar a transformação de moradias de temporada em residências fixas com a conseqüente necessidade crescente da população que para ali se transferiu além do crescimento vegetativo. Com o objetivo de compreender a atual dinâmica de produção de habitação rural de interesse social no distrito, este estudo tem por finalidade: (a) discutir a forma de atuação do Programa Minha Casa Minha Vida Rural no Assentamento Mártires de Abril (AMA) e no Movimento Sem Terra (MST); (b) discutir as modificações da agenda do movimento causadas pela relação entre a política pública de habitação e o MST; (c) compreender a atuação do Estado como agente regularizador fundiário, através do projeto de Agricultura Familiar desenvolvido pela Prefeitura de Belém e dos empreendimentos Terra e Liberdade I e II, ambos desenvolvidos no AMA.

Este trabalho adota a etnografia como método de pesquisa. A partir das incursões a campo e análises bibliográficas, percebe-se grande diferença entre o ativismo do MST dos anos 90 e o atual. No decorrer desta pesquisa, percebe-se que o Movimento continua lutando por justiça social e tem, aparentemente, o governo, tanto na esfera federal quanto na municipal, como aliado no processo de regularização fundiária, conquista da casa própria (PMCMV Rural) e comercialização direta da produção. Ao analisar o discurso das lideranças do MST, destaca-se a intenção destas em expandir o PMCMV Rural a outros assentamentos precários do distrito, indicando a consolidação da nova dinâmica habitacional de Mosqueiro.

2 O DIREITO À CIDADE E À MORADIA E INICIATIVAS AUTOGESTIONÁRIAS

A moradia e o solo urbano são essenciais para a reprodução social do homem na cidade. A preocupação com a questão habitacional e a estruturação do espaço destinado a essas habitações tem se destacado na política habitacional brasileira desde a década de 1980 e se intensificado nos últimos anos. Para entender a atual política habitacional de programas sociais e a estruturação espacial urbana contemporânea, lança-se mão do pensamento marxista para o entendimento da estruturação do espaço urbano como resultado do desequilíbrio e imperfeição do mercado; a moradia e o solo urbano como mercadorias e; o papel do Estado como maestro dos agentes capitalistas envolvidos.

A configuração espacial urbana não é resultado de ações decisórias e unitárias num cenário harmonioso, justo e com ações imparciais do Estado. A máquina do capital busca moldar e estruturar o espaço de acordo com suas necessidades (Harvey, 2014; Maricato, 2015). Para Kowarick (1979) o problema

habitacional deve ser analisado junto a processos políticos e socioeconômicos mais amplos, destacando que:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de maneira uniforme e linear; ao contrário, ocorre de modo desigual, no qual coexistem de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas. (Kowarick, 1979: 55,).

Segundo Farret (1985), Ribeiro e Santos Júnior (2012), Harvey (2014) e Maricato (2015) as forças que regem e configuram o espaço urbano podem ser divididas em: 1) Indústria/ Incorporação imobiliária 2) capital de construção de edificações, 3) capital de construção pesada ou de infraestrutura, 4) capital financeiro imobiliário e 5) Estado. Estes grupos não são uniformes e se diferenciam de acordo com seus recursos, motivações e atividades. A combinação desses elementos resulta numa forma de decisão no espaço urbano. Os interesses desses grupos não são, necessariamente, antagônicos, mas se complementam, transformando-se numa aliança de gestão da cidade.

Acerca de investimentos públicos, destaca-se o papel do Estado como protagonista no processo de valorização do solo urbano. O poder público é o responsável pelo fornecimento de bens de consumo coletivos, responsável pela legislação e investimentos que irão favorecer pedaços da cidade e determinados imóveis. Os investimentos públicos na cidade são necessários e cabe ao Estado intermediar a distribuição de lucros e rendas, assim como empregar a legislação específica do uso do solo urbano. Tais investimentos impactam diretamente o preço da terra urbana e da moradia, determinando o local e a forma que as diversas classes sociais irão se configurar no espaço da cidade, assumindo características segregadoras.

Sobre o solo urbano recai, portanto, uma demanda não por ele, como tal, mas pela inserção que sua posse permite na esfera das relações econômicas (ele tem valor, tem preço) e das relações sociais (ele tem padrões sociais expressos na sua localização na cidade). Assim, ele é parte integrante da produção dos imóveis urbanos edificados que, através dele, se valorizam. (Gonzales, 1985: 95)

Dentre tantas questões, destaca-se o problema habitacional das classes trabalhadoras, sendo estas as que mais sofrem com a ação dos agentes capitalistas. Diante da comercialização desenfreada do solo urbano, tais classes solucionam seu problema de moradia através do aluguel e da autoconstrução de moradias em terrenos periféricos e irregulares.

Autogestão na habitação, viés da autoconstrução no acesso a habitação é um tema discutido desde os anos 1960, quando os movimentos sociais urbanos atuaram no debate sobre a reforma urbana. Os movimentos pediam que a apropriação do solo urbano, baseado na especulação imobiliária e na apropriação privada dos investimentos públicos, fosse revertida para a cidade e que implementasse uma política de habitação popular (Ferreira, 2012). Mineiro e Rodrigues (2012) caracterizam autogestão na habitação como:

[...] ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área se dá através do controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária (Mineiro; Rodrigues, 2012: 21).

Este sistema é uma alternativa de gerenciamento e organização social, segundo o qual quem decide e quem congrega as pessoas ao mutirão é a própria organização de moradores. Esta forma de atuação vai além da construção de casas ou urbanização, construindo um senso de comunidade e ajuda mútua.

A UNMP (União Nacional por Moradia Popular) defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. Construímos alternativas de gestão onde

somos sujeitos de nossa história”. (UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, abril de 2003, apud Mineiro; Rodrigues, 2012: 22).

Se o modelo autogestionário está inserido no principal programa de provimento habitacional do país, é resultado da intensa e incansável atuação dos movimentos populares por habitação que buscam uma política habitacional digna e justa, a qual caminha a um projeto coletivo alternativo de sociedade baseado na autogestão, nos princípios da solidariedade, democracia e justiça social. Os movimentos vão além de denunciar a falta de apoio, questionam quais interesses servem a priorização privada de habitação com recursos públicos.

As primeiras experiências de modelo autogestionário foram nos anos 80, quando os movimentos populares ressurgiram e houve a redemocratização do país. Foi em 1989, com programas habitacionais autogestionário em alguns municípios, como foi o caso de São Paulo, Diadema e Santo André entre outros, que a proposta passa a fazer parte das políticas públicas para habitação. A proposta de programas autogestionários de habitação financiados diretamente pelo governo federal está na pauta dos movimentos populares desde 1988. Em 1991, São Paulo foi sede do primeiro encontro para discussão do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) com a participação de associações e movimentos sociais do país. Em novembro do mesmo ano, a proposta foi levada ao congresso e, somente em 2005, na gestão o presidente Lula, a proposta foi aprovada. A Lei N°11.124/2005, que originou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), foi o primeiro projeto de iniciativa popular apresentado no país (Mineiro; Rodrigues, 2012).

Em 2003, com a gestão do presidente Lula e a criação do Ministério das Cidades, a pauta sobre autogestão foi retomada. Em resposta aos movimentos sociais de luta por moradia, o Ministério das Cidades apresentou a proposta do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para o programa autogestionário. Após as negociações entre o Ministério das Cidades, a Caixa e as Entidades foi aprovado em 2004 o Programa Crédito Solidário (PCS). Para as entidades, esse programa seria uma medida alternativa enquanto o Fundo Nacional de Moradia Popular não era aprovado.

Desde a aprovação, o modelo autogestionário habitacional foi incorporado à agenda do governo federal. Em 2004, apresentou o PCS e em 2009 o PMCMV Entidades. Atualmente, o PMCMV é o principal programa que atende ao modelo autogestionário, representando a retomada da ação do Estado no subsídio para habitação social.

3 O programa Minha Casa Minha Vida

Numa tentativa de amenizar o problema habitacional e apresentar ao setor da construção civil uma saída para crise econômica mundial em 2008, o governo federal lançou em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Programa traz inegáveis avanços à política habitacional nacional e se configura atualmente como o principal programa de provimento de habitação do governo federal. Apesar desta perspectiva social, Amore (2015) aponta que o PMCMV exige uma observação ampla e minuciosa do desenho político, financeiro e de seus impactos sobre a cidade, ultrapassando as aparências arquitetônicas e urbanísticas das unidades habitacionais. Segundo Fix e Arantes (2010), o modelo do Programa destina 97% do subsídio à produção privada de moradia e apenas 3% à produção por entidades. O valor do investimento já indica o modelo dominante no pacote habitacional e a aposta na iniciativa privada como agente motora da produção de moradias.

A omissão do poder público na esfera municipal e estadual é o reflexo da fraqueza estatal diante do controle da terra urbana. A flexibilização da legislação e apoio a iniciativas ilegais favorecem os capitais privados em detrimento da função social do uso do solo urbano. No distrito de Mosqueiro, a omissão estatal não é diferente. Nos últimos vinte anos, percebe-se uma recente e intensa dinâmica no cenário habitacional da ilha. A nova dinâmica residencial pode ser explicada por três fatores: o primeiro é a conversão das residências de veraneio em residências principais ou comercialização destas. O segundo é o crescimento de assentamentos espontâneos de população de baixa renda, desde 1990. O terceiro é o possível fluxo migratório da população rural para a área metropolitana da ilha, contribuindo com o crescimento urbano. (Ferreira, 2012)

O PMCMV configura-se atualmente como o principal programa de provimento habitacional do governo federal, trazendo inegáveis avanços à política habitacional. Lançado em 2009 (Lei N° 11.977/2009), o

Programa tem por finalidade criar mecanismos que incentivem a produção e aquisição de unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (PNHU) e renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (PNHR), desde que não possuam casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação. Não é permitido que os beneficiários tivessem recebido anteriormente benefícios de natureza do Governo Federal.

O PMCMV está subdividido em dois programas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHU promove a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos. O PNHR promove subsídio à produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou financiamento habitacional com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O PNHU atende três faixas de renda: Faixa 01 (R\$ 0 a R\$ 1.600,00), Faixa 02 (até R\$ 3.275,00) e Faixa 03 (até R\$ 5.000). O PNHR atende três faixas referentes à renda bruta anual: Grupo I (R\$ 0 a R\$ 15.000,00), Grupo II (até R\$ 30.000,00) e Grupo III (até 60.000,00). Dentro do escopo do programa, foram previstas 05 modalidades: (1) Empresas, (2) Entidades, (3) Municípios com até 50.000 habitantes, (4) FGTS e (5) Rural. As modalidades Empresas, Entidades e Rural (GRUPO GI) são destinadas especificamente para Faixa 01, atendendo prioritariamente:

- Famílias em áreas de risco, insalubres ou desabrigadas.
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.
- Famílias que façam parte pessoas com deficiência.
- 3% das habitações para idosos e Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD's).

O PMCMV tinha como objetivo inicial a construção de 1 milhão de casas. Depois de dois anos de exercício (2009-2011), o Programa atinge a meta e a Fase 2 (2011-2014) é lançada com a finalidade de contratar mais de 2 milhões de unidades. Além disso, esta fase do Programa incluiu uma revisão nos limites de cada faixa de renda e aumentou o limite máximo de cada unidade habitacional.

Diferente de programas anteriores, como o Programa Crédito Solidário (PCS), por exemplo, o PMCMV não exige retorno financeiro completo das famílias da Faixa 01 e Grupo I. O subsídio proporcionado pelo governo é praticamente integral. O Programa tem recursos orçamentários específicos e parte da capacidade de pagamento da família, fixando as mensalidades em 10% da renda e o prazo de pagamento em 10 anos.

O acesso ao financiamento da unidade habitacional para população de baixa renda pode ser feito através das modalidades Empresas, Entidades e Rural. A modalidade Empresas recebe investimento do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e as demais recebem do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). O presente trabalho limita-se ao FDS, sendo este corresponde ao fundo de financiamento dos empreendimentos Terra e Liberdade. Apesar da dimensão social do PMCMV, é necessário observar que o governo priorizou a produção de habitação em massa para reaquecer o mercado imobiliário, priorizando a construção de unidades habitacionais feitas diretamente por construtoras e desconsiderando a atuação do poder público na esfera estadual e municipal na produção habitacional no solo urbano.

Dentre as modalidades do Programa, destaca-se a modalidade Entidades e Rural. Ambas apresentam um modelo participativo e autogestionário de condução dos empreendimentos desde a sua contratação. Para ter acesso ao financiamento, as Entidades (associações e cooperativas de natureza diversa) precisam cadastrar-se junto ao Ministério das Cidades e estarem dispostas a fazer a gestão (direta e indireta) dos empreendimentos PMCMV.

4 PMCMV RURAL

Na década de 90, inicia-se um conjunto de políticas públicas com o objetivo de trabalhar o desenvolvimento rural do país para além do setor produtivo. Os programas de habitação social rural têm início em dezembro de 2000, a partir da assinatura entre a CAIXA e o INCRA para construção de unidades habitacionais nos assentamentos originados da Reforma Agrária, a qual beneficiou 30 mil famílias do Centro-oeste e Nordeste brasileiro. A parceria entre CAIXA e INCRA representa um marco importante para produção de habitação rural no país. Pela primeira vez, desde quando o agricultor e trabalhador rural foram incluídos no FGTS em

1988, os recursos do FGTS são destinados às famílias rurais. Além disso, é a primeira vez que a CAIXA opera programas habitacionais no mundo rural. (Silva, 2014)

Silva (2014), Rover e Munarini (2010) destacam que o projeto pioneiro de habitação de interesse social rural ocorreu no Rio Grande do Sul em 2002 com recursos do Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e do FGTS, dando início ao PSH, o qual foi implementado no país em 2003. Neste mesmo ano foi criado o programa Bolsa Família e a política dos Territórios Rurais. Até 2003, as políticas públicas voltadas ao campo eram bastante restritas, setorializadas e destinadas, praticamente, à produção agrária. Grande parte dos programas de governo se direcionava aos territórios de maior concentração urbana e industrial, deixando o rural à margem do acesso às políticas públicas. (Rover; Munarini, 2010)

Em 2003, o Governo Federal unifica as duas iniciativas (PSH Rural e Conselho Curador FGTS) e inicia o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O Programa tem por finalidade atender famílias rurais com renda de até três salários mínimos. Neste mesmo ano, o CC- FGTS foi reformulado e definiu novas condições de acesso ao Programa. A reformulação considerou a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis de acordo com a capacidade e localização dos municípios, definindo proporcionalmente o subsídio à família beneficiária.

Uma das novidades do PNHR é a organização dos beneficiários por uma Entidade sem fins lucrativos, a qual organiza e define o grau de participação dos beneficiários e a contratação de Assistência Técnica, permitindo apresentar novos projetos arquitetônicos, fugindo da padronização.

O PNHR foi incorporado ao PMCMV através da Medida Provisória nº 459, 25 de março de 2009, e transformada na Lei nº 11.977, 07 de julho de 2009. O PNHR passa a se chamar PMCMV Rural, o qual busca garantir subsídio financeiro a produção, aquisição, reforma/construção de moradias aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Em seguida, foi modificado pela Medida Provisória nº 510/2010 e convertida à Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Esta Lei classifica o trabalhador rural como: “pessoa física que, em propriedade rural, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste mediante salário”. (Brasil, 2011).

O subsídio do PMCMV Rural é concedido pelo Orçamento Geral da União (OGU) aos beneficiários correspondentes ao Grupo I (pessoas físicas, agricultores familiares e trabalhadores rurais) de renda familiar anual bruta de até R\$ 15.000,00. Assim como no PMCMV Entidades, os beneficiários são organizados por uma Entidade Organizadora (pessoa jurídica, sem fins lucrativos e que contrata ou forma parceria com a CAIXA para viabilização e execução do empreendimento).

As novas regras do Programa dividem os trabalhadores e agricultores rurais em três grupos: Grupo I (R\$ 0 a R\$ 15.000,00), Grupo II (até R\$ 30.000,00) e Grupo III (até 60.000,00). Estão excluídos do Programa quem já foi beneficiado anteriormente em programas de habitação social do Governo Federal, proprietários, cessionários, ou promitentes compradores de imóvel residencial ou detentores de financiamento habitacional. O PMCMV Rural apresenta três novidades, primeiro, a obrigatoriedade de acompanhamento da execução das obras por representante dos agricultores e trabalhadores beneficiários do Grupo I. Assim como o PMCMV Entidades, o programa estabelece uma Comissão de Representantes (CRE) formada por, no mínimo, três integrantes que são eleitos por assembleia. Essa comissão é responsável pela prestação de contas aos outros beneficiários do conjunto da obra. Também traz o Trabalho Social (TS) por meio de ações inclusivas com a finalidade de promover a participação dos beneficiários, organização da comunidade e gestão comunitária para fortalecer e gerar melhor qualidade de vida das famílias; c) O atendimento às famílias do Grupo I sem acesso à solução de abastecimento de água em parceria com o Programa Cisternas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). As famílias que pertencem ao Grupo I e habitam em regiões afetadas pela seca ou abastecimento irregular de água serão beneficiadas com a construção de cisternas pela Entidade com recurso do MDS.

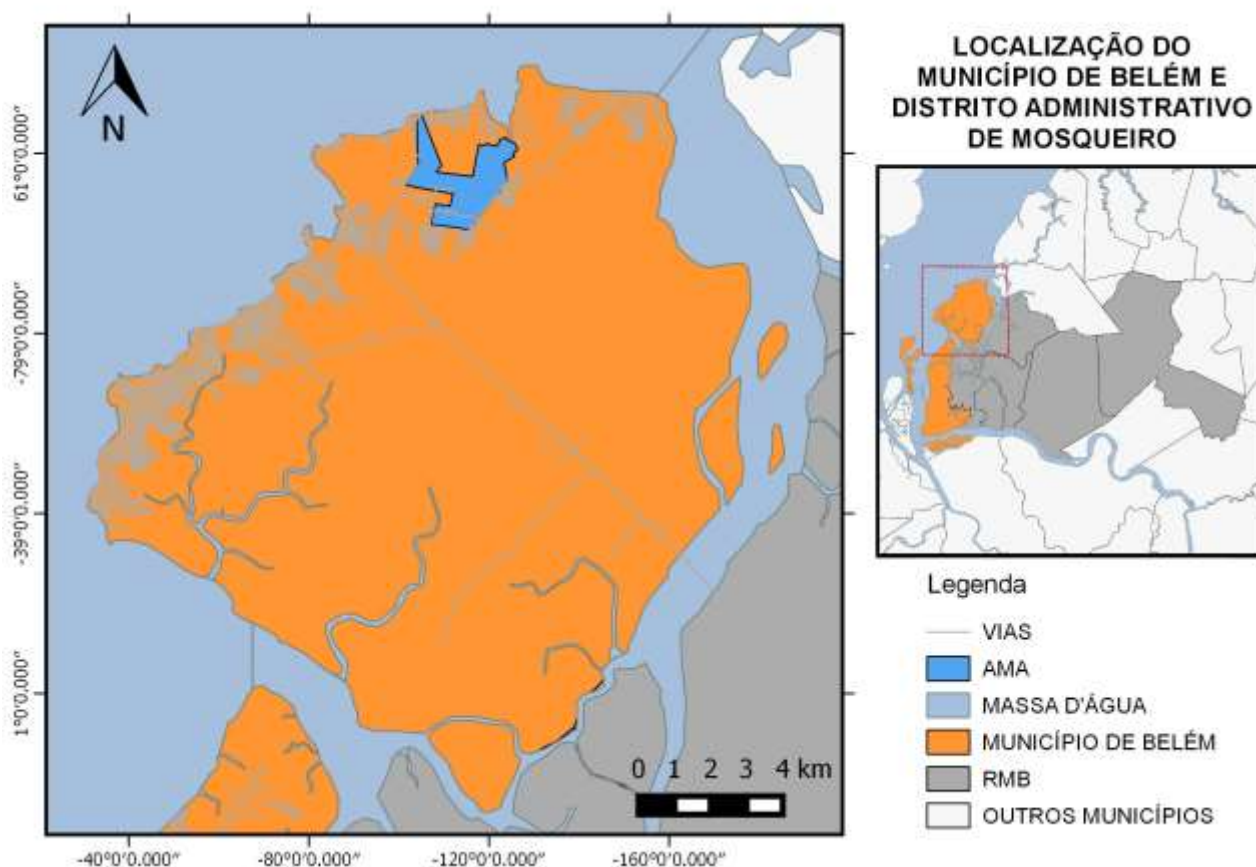
O regime construtivo das unidades habitacionais do PMCMV Rural pode ser feito por: a) mutirão assistido: regime de construção no qual os beneficiários produzem conjuntamente as unidades habitacionais com auxílio da Assessoria Técnica especializada; b) autoconstrução assistida: o beneficiário é responsável pela construção da sua própria unidade habitacional com auxílio da Assessoria Técnica; c) administração direta: a Entidade é responsável pela execução das obras e utiliza sua equipe técnica, e por último por meio de d) empreitada global. Uma construtora é contratada para execução e gerenciamento da obra e a CRE fiscaliza a atuação da empresa.

Para avaliação e discussão do PMCMV Rural na Região Metropolitana de Belém, apresenta-se adiante o caso dos primeiros empreendimentos “Terra e Liberdade I e II”, localizados dentro do Assentamento Mártires de Abril (AMA), Mosqueiro-Pa, e beneficiados pela Reforma Agrária realizada pelo INCRA no fim dos anos 90 e início dos anos 2000.

5 OS EMPREENDIMENTOS TERRA E LIBERDADE I E II NA ILHA DO MOSQUEIRO, BELÉM, PARÁ

A reconfiguração recente do espaço urbano de Mosqueiro é profundamente marcado pela transformação da terra rural em urbana por meio de assentamentos estatais e irregulares. Acerca do crescimento dos assentamentos na ilha, Ferreira (2012) aponta que em 1998 existiam apenas quatro assentamentos e, em 2010, esse número aumentou para 31. Este recente movimento de Mosqueiro está transformando a ilha num novo espaço de assentamento residencial, principalmente de assentamentos precários, tornando a segregação espacial no distrito mais evidente. Assim, Mosqueiro se afirma cada vez mais como nova área de ocupações espontâneas precárias. Dentre os assentamentos irregulares do distrito, destaca-se o Assentamento Mártires de Abril (AMA), mapa 01, organizado sob a liderança do Movimento sem Terra (MST), tornou-se o primeiro assentamento irregular a ser contemplado com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no distrito.

O AMA está localizado no bairro Carananduba, Mosqueiro, Pará, próximo à PA-391 e abrange uma área de, aproximadamente, 408 ha. A ligação pela Avenida 16 de Novembro permite uma boa integração do AMA e dos empreendimentos à malha urbana de Mosqueiro. O Assentamento é resultado da ação do Movimento Sem Terra (MST), o qual ocupou a área cedida à extinta empresa Transportes Aéreos da Bacia-Amazônica (TABA). Parte das famílias pertencentes ao assentamento é proveniente da periferia de Belém, ou seja, o assentamento não é constituído diretamente de pessoas oriundas do campo.



Mapa 01: Localização do assentamento Mártires de Abril no contexto metropolitano. Elaboração própria a partir dos dados do CODEM (2001).

Atualmente, parte das famílias que participou da ocupação não está mais no assentamento, sendo substituídas por outras. Os motivos da desistência são diversos, dentre estes, destacam-se as ações de

despejo com a destruição da produção agrícola e moradias improvisadas, bem como a lentidão burocrática do processo de desapropriação da área. (ABE, 2004).

O MST aponta como alternativa aos trabalhadores urbanos a ocupação de áreas rurais para melhor qualidade de vida e trabalho. A escolha de Mosqueiro como área de ocupação se justifica por ser um distrito urbanizado e em expansão e em sua extensão territorial, apresenta áreas rurais propícias à instalação da ocupação “Mártires de Abril”. A proximidade com a capital extingue a tradicional concepção de área urbana e rural. Na essência, a mudança seria de uma área urbana para outra área urbana com algumas especificidades rurais. (BRINGEL, 2001 apud ABE, 2004).

O modelo de ocupação próximo às capitais representa uma nova prática do Movimento numa tentativa de conscientizar a sociedade urbana acerca da importância da Reforma Agrária e de seus benefícios para áreas urbanas e rurais.

Essa experiência [AMA] é a tentativa de construção de uma forma específica de organização, a partir de algumas características como a localização da área na Capital, não se constituindo como área rural propriamente dita, mas uma área peri-urbana, situada num balneário, portanto, um local de veraneio para uma significativa parcela da população de Belém e se compõe um centro turístico importante do Estado; (ABE, p. 25, 2004)

A ocupação foi uma estratégia política do MST, o qual aproveitou o contexto político municipal. A cidade era governada, desde 1997, por Edimilson Rodrigues (PT), o qual esteve ao lado do MST. A harmônica relação entre prefeitura e MST facilitou a intensão de ocupar uma área no entorno da capital. Mananças (apud ABE, 2004) aponta três motivos que levaram à ocupação:

- Proximidade à capital
- Construção de um cinturão verde em torno da capital, através de assentamentos de reforma agrária, tem mercado consumidor para comercialização da produção, sendo uma das deficiências de reforma agrária.
- Motivo político: nas capitais está concentrado o centro de decisões do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e garantia de visibilidade à luta de massas.

É importante destacar a atuação da prefeitura em dois momentos distintos do Movimento: a ocupação da fazenda TABA e a manutenção do projeto de Agricultura Familiar desenvolvido atualmente pela PMB. Num primeiro momento, se o prefeito Edimilson Rodrigues não houvesse apoiado o MST, dificilmente este teria êxito na ocupação de qualquer área peri-urbana. No dia 3 de maio de 1999, cerca de 300 famílias do MST ocupam a fazenda TABA.

Diferente de outras experiências nacionais, a Prefeitura assume um papel de destaque e apoio às causas sociais do Movimento, abrindo portas para que a área almejada fosse ocupada. A conquista das terras da fazenda TABA foi fruto de muita luta e resistência, principalmente contra ações de despejos vindas do governador do Estado, Almir Gabriel, que se opôs à criação do Assentamento. A PMB, na pessoa de Edimilson Rodrigues, assinou no dia 11 de fevereiro de 2000, o Decreto Lei declarando a área de utilidade pública e a Fazenda TABA de interesse social para fins de desapropriação. Em novembro de 2001, 91 famílias são assentadas e o decreto-lei é publicado, criando o projeto de Assentamento Mártires de Abril.

O segundo momento a ser destacado é o período atual que o AMA vivencia, sendo beneficiado pelo projeto de Agricultura Familiar da PMB. Os trabalhadores rurais do Assentamento, inscritos no projeto, recebem auxílio de um técnico agrícola e, em cada lote, é construída uma estufa (igual a da Foto 01) para desenvolvimento do trabalho agrícola e toda produção é destinada à comercialização na capital.



Foto 01: Estufa construída pelo projeto de Agricultura Familiar. Na imagem observa-se a produção dos Trabalhadores rurais do AMA em parceria com a prefeitura no projeto de Agricultura Familiar. (REBELLO, 2015)

A organização das moradias é um ponto importante, uma vez que as unidades habitacionais são afetadas pela localização no terreno na ilha, o projeto da residência e a distribuição espacial no assentamento. Tradicionalmente a disposição espacial dos assentamentos assume uma forma centralizada, caracterizando uma agrovila. Esta disposição tem dificultado a ação de trabalhos comunitários e participação das pessoas nas atividades do assentamento. Para amenizar os problemas causados pela disposição espacial, o MST propõe Núcleos de Moradias e que as famílias sejam livres para escolher entre as agrovilas e os lotes (Abe, 2012).

A proposta em Mosqueiro tem como argumento a segurança do assentamento. Diferente de outros assentamentos espalhados no país, o empreendimento Terra e Liberdade se localiza numa área peri-urbana e corre riscos de ser invadida. Abe (2012) aponta que, com o início da produção, o armazenamento e as plantações passaram a ser saqueados, exigindo um revezamento de famílias para vigiar o estoque da produção.

É imprescindível uma reflexão sobre o entendimento de segurança no campo e na cidade. A concentração de moradias em uma agrovila pressupõe o controle sobre o espaço da moradia que é dominante no estilo de vida urbano. Por outro lado, estabelecer as moradias nas fronteiras do assentamento, demarcando o espaço a partir da periferia, criando o espaço da produção, ou dispersar as casas nos lotes, aproximando moradia e trabalho, são conceitos de território que mais se aproximam ao estilo de vida rural. O fato é que se estava ante a uma nova realidade e os modelos antigos fossem eles de um ou outro estilo de vida, teriam que ser adaptados. (Abe, 2004: 164).

Essa disposição espacial apresenta dificuldades de viabilização do PMCMV. A proposta do empreendimento Terra e Liberdade tem como alternativa para diminuir os gastos a aproximação das famílias localizadas nas áreas mais afastadas do assentamento (lotes) núcleos base.

O AMA é o primeiro assentamento espontâneo da Ilha a ser beneficiado pelo PMCMV Rural. Além da forma de acesso ao programa, etapas etc. uma das principais diferenças entre a modalidade Empresas e a modalidade Rural é a concepção projetual com a participação da família beneficiária no projeto. A unidade habitacional exigida pela CAIXA é composta de: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço em uma área útil mínima: 32 m² (área de serviço não incluída). Prevê ainda unidades para portadores de necessidades especiais em que a área útil mínima passa para 36 m² (área de serviço não incluída). Apesar de propor que a entidade deveria atender às principais necessidades do beneficiário, as unidades têm projetos idênticos aquelas encontradas em outro empreendimento construído na Ilha sob o modelo PMCMV Empresas, o Conjunto "Viver Mosqueiro". Nas figuras abaixo, percebem-se as semelhanças entre os projetos. O modelo proposto não respeita as particularidades da região e não é realizado nenhum estudo

prévio para cada família beneficiária. Neste ponto o presente estudo volta-se, por meio de incursões etnográficas para investigar a questão da adequação da moradia, em meio a realidade de cooperação entre o MST e o Estado para viabilizar o empreendimento.

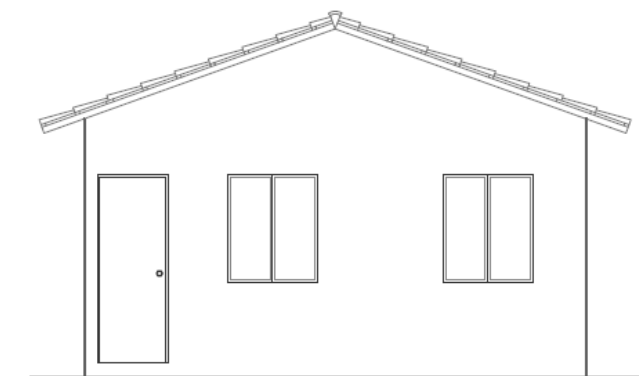


Figura 01: Modelo de unidade habitacional do PMCMV proposto pela CAIXA (CAIXA, 2013)



FOTO 02: Unidade habitacional em fase de execução no AMA. Observa-se a reprodução do modelo nacional sem respeitar as particularidades das famílias beneficiadas e características regionais. (Rebello, 2015).

6 INCURSÕES ETNOGRÁFICAS

Ao considerar os objetivos desta pesquisa acerca da produção do PMCMV Rural no AMA, adota-se a etnografia pela possibilidade de inserção do pesquisador no grupo pesquisado, ajudando a compreender os diferentes contextos que se apresentam ao longo do trabalho. As estratégias fornecidas por esta metodologia permitem compreender, ou esclarecer, a recente dinâmica urbana e habitacional que o distrito vivencia há vinte anos, bem como permite a compreensão do MST enquanto movimento social que se reconfigura, a partir da ação do Estado (a nível municipal e federal). A escolha desta metodologia vem para

[...] olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia. (MAGNANI, p.18, 2002, apud MAGNANI, p.132, 2009).

O distrito de Mosqueiro é redescoberto por trabalhadores urbanos cansados da precariedade da vida urbana e buscam numa área peri-urbana a possibilidade de um trabalho digno, moradia e uma chance de recomeço. Os recortes empíricos desta pesquisa surgem a partir da contraposição do PMCMV e suas experiências nacionais com a experiência do PMCMV Rural em Mosqueiro e a atuação do governo como agente regularizador fundiário, provendo habitação social e terra para reprodução social de trabalhadores rurais.

A primeira visita a campo mostrou a realidade do empreendimento, a forma de acesso, de organização dos beneficiários e permitiu compreender a divisão e disposição espacial das unidades habitacionais executadas no empreendimento. O MST no AMA é representado por Dona Ana, a qual está presente desde o início da ocupação. D. Ana é a representação da mulher do campo, a qual chefia a casa, a família e a produção. Além de exercer o papel doméstico, D. Ana é uma das lideranças do MST no AMA e tem sua atuação estendida a outros assentamentos. Durante a visita, ocorria a reunião do PNHR para esclarecer dúvidas acerca do PMCMV Rural, o qual pretende ser implantado em outras ocupações do distrito e cadastro das famílias interessadas no programa municipal de Agricultura Familiar promovido pela prefeitura de Belém (Fotos 03 e 04).



FOTO 03: Reunião do MST em um dos lotes do AMA. A reunião é chefiada por D. Ana (centro). Percebe-se o predomínio de lideranças femininas e a forma de organização e discussão do MST. (Rebello, 2015).



FOTO 04: Cadastro dos trabalhadores rurais interessados no projeto de Agricultura Familiar da PMB. (Rebello, 2015).

As unidades habitacionais dos empreendimentos seguem o modelo proposto pela CAIXA. De acordo com o cronograma da obra, o empreendimento está atrasado. Tal atraso justifica-se pela interrupção da obra pela CAIXA, alegando que os empreendimentos estavam numa área urbana e não rural. As obras ficaram paradas por três meses até o MST comprovar que o local era uma área rural e que estavam dentro das exigências do Programa.

O prazo inicial de entrega dos empreendimentos estava previsto para dezembro de 2015, mas o Movimento solicitou mais seis meses para finalização, estendendo o prazo para junho de 2016. As unidades habitacionais atendem ao programa de necessidade e às especificações mínimas do PMCMV, as quais, visivelmente, não atendem às necessidades das famílias beneficiárias.

Os empreendimentos “Terra e Liberdade I e II” prenunciam uma nova relação entre o poder público e os assentamentos precários. Essa nova dinâmica é exemplificada pelo projeto de Agricultura Familiar desenvolvido pela Prefeitura de Belém no Assentamento Mártires de Abril. As famílias interessadas no projeto são cadastradas e recebem constantes visitas do técnico agrícola, vinculado à Prefeitura de Belém. O profissional oferece cursos, palestras e oficinas agrícolas para consolidar e aumentar a produção dos agricultores familiares, a qual é comprada e comercializada pela Prefeitura.

A aprovação dos empreendimentos Terra e Liberdade e o desenvolvimento do projeto de agricultura familiar demonstram a atuação do governo no AMA e a, aparentemente, harmônica relação entre MST e Governo. Implementar projetos de HIS e desenvolver projetos de agricultura familiar atestam que o governo está cedendo a propriedade da terra ocupada aos assentados. Esta nova relação entre poder público e AMA demonstra uma nova dinâmica, a qual está se disseminando para outros assentamentos precários do distrito. Os empreendimentos Terra e Liberdade são os pioneiros no Distrito. O MST está trabalhando para que novos empreendimentos do PMCMV sejam aprovados na Ilha. A dinâmica no distrito administrativo de Mosqueiro ainda é recente, mas desperta o interesse para discussão e questionamentos sobre o grau de impacto que o PMCMV em suas variadas modalidades e a relação entre poder público e MST podem causar no distrito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento acerca da produção de habitação social no assentamento espontâneo “Mártires de Abril”, Mosqueiro, Pará, destacando: (a) o modelo autogestionário de produção presente na história dos movimentos sociais desde a década de 80 e incorporado ao PMCMV em 2009; (b) o papel do poder público na esfera federal e municipal; e (c) o protagonismo do MST diante da atual política social no país. Evidenciou-se a recente e intensa dinâmica urbana que o distrito apresenta desde a década de 90, principalmente em relação ao crescimento de assentamentos precários. Dentre esses assentamentos, o estudo de caso, o assentamento “Mártires de Abril”, é a primeira ocupação a ser beneficiada pelo PMCMV, na modalidade rural. Tal fato aglutina vários questionamentos que abrangem o direito à cidade e à moradia e a reconfiguração da agenda do MST.

Nesse contexto, o Movimento traça novos objetivos e indica o interesse em expandir o PMCMV Rural para outros assentamentos do distrito. Esse trabalho conjunto entre MST e Estado, aparentemente voltado a possibilidade de implementação do PMCMV em uma realidade de intensa transformação de terra rural em

urbana, demonstra por um lado a fragilidade do programa habitacional por não ser talhado para situações em que apesar de ser voltado a dinâmica rural, prescinde de ações de gestão local. O trabalho indica justamente nesta aparente improvável relação entre MST e Estado os componentes que fazem falta no programa para garantir que o componente habitacional esteja presente e efetivamente mediando as políticas públicas em uma dimensão mais abrangente.

A experiência em Mosqueiro mostra ações necessárias a um programa habitacional. Ali os atores ultrapassam os ditames do modelo autogestionário na produção habitacional e voltam-se para os desafios impostos a questão pela falta de ações desta natureza no escopo do PMCMV. Dentre os indicativos de soluções, entram ações que já faziam parte da agenda do MST, mas que agora, ao serem articuladas a produção habitacional apresentam um potencial de maior efetividade para sua atuação e a conquista do direito à cidade.

8 BIBLIOGRAFIA

ABE, M. N. (2004). *Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Pará, Belém.

FARRET, R.L. (1985). *Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano*. Em R. FARRET (org.), *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto.

FERREIRA, S. B. (2012). *A Expansão dos Assentamentos Residenciais na Ilha de Mosqueiro: uma oportunidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Pará, Belém.

GONZALES, S. (1985). *A renda do solo urbano: hipóteses de Explicação de seu papel na evolução da cidade*. Em R. FARRET (org.), *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto.

HARVEY, D. (2014). *Cidades Rebeldes. Direito à cidade e à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARICATO, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

Fontes eletrônicas

AMORE, C. S. (2015). *"Minha casa minha vida" para iniciantes*. Em: C. AMORE, L. ZANIN e M. B. RUFINO (orgs.), *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros (11-28)*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles. Letra Capital. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1%3Alivros&id=154%3Aminha-casa-e-a-cidade&Itemid=123&lang=pt (Consulta: 05/10/2015).

ARANTES, P. F.; FIX, M. (2009). *Minha Casa, Minha Vida, o pacote habitacional de Lula: como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida*. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171. (Consulta: 22/10/2015).

FERREIRA, R. F. (2012). *Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil*. Em L. C. LAGO (org.), *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições (116-136)*. Rio de Janeiro. Letra Capital. Observatório das Metrôpoles. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/autogestao_brasil2013.pdf. (Consulta: 09/10/2015).

Lei N° 12.424 Programa Minha Casa, Minha Vida (2011), conversão da Medida Provisória nº 514, de 2010, em 16 de junho de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12424.htm (Consulta: 22/11/2015)

MAGNANI, J.G. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre), 32, 129-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. (Consulta: 12.11.2015).

MAGNANI, J.G. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre), 32, 129-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. (Consulta: 12.11.2015).

RIBEIRO, L. C.; SANTOS JUNIOR, O. A. (2012). *Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade*. Em: R. BIASOTTO e R. COREIXAS (orgs.), *Políticas Públicas e Direito à Cidade: Política Habitacional e o Direito à Moradia Digna* (9-17). Rio de Janeiro: Letra Capital. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=238:caderno-didático&Itemid=167&lang=pt. (Consulta: 16/08/2015).

ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. (2010). A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. *Katál* (Florianópolis), 2, 260-269. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200013>. (Consulta: 01/11/2015).

SILVA, C. M. (2014). *Habitação rural: uma luta por cidadania*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-25072014-091102/publico/ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf. (Consulta: 23/11/2015).